

Brasília, 20 de dezembro de 2011



2011: um balanço crítico

Em um contexto de fortes turbulências econômicas internacionais, se exige do Brasil, assim como do resto do Mundo, a adoção de medidas de austeridade e eficiência.

Não há austeridade nem eficiência possíveis quando pedaços do estado são entregues a partidos e facções políticas para serem usados como agências arrecadadoras. As contas e indicadores de desempenho da máquina federal, da Funasa à Petrobras, registram o avanço dessa forma perversa de privatização do patrimônio público nestes nove anos. Ninguém entregou mais o estado brasileiro ao apetite desmedido de sua base política do que o atual Governo.

A perversão não se limita à máquina estatal. Escândalos recentes puseram em evidência o aparelhamento de entidades da sociedade civil como comitês eleitorais e canais de desvio de dinheiro público por grupos políticos instalados nos ministérios. A tal ponto que não se consegue mais distinguir quais as entidades sérias, quais as simples picaretagens.

Refém de uma base na qual políticos, sindicalistas, donos de ONGs e amigos empresários se acotovelam diante dos guichês pagadores da União, o governo custa a desacelerar a disparada insustentável dos seus gastos.

Adia investimentos essenciais para honrar compromissos de expansão do gasto corrente assumidos no clima de euforia pré-eleitoral.

Infla a dívida pública usando operações de capitalização do BNDES como uma nova "conta movimento".

Em nome de vagas promessas desenvolvimentistas que mal escondem o viés estatizante, hipoteca o petróleo, que é nossa reserva de riqueza, quando ele ainda dorme nas profundezas do pré-sal.

Tomou a decisão correta de baixar a taxa básica de juros, tentando limitar o contágio da economia brasileira pela crise financeira internacional, mas não consegue abrir os gargalos de regulação e infraestrutura que freiam o investimento produtivo.

Pior de tudo, deixa passar a janela de oportunidade aberta pela emergência da Ásia sem avançar com as reformas estruturais que qualificariam o Brasil como mais do que um mero exportador de commodities.

Sobre este pano de fundo, o balanço do primeiro ano do governo da presidente Dilma Rousseff, registra alguns sérios problemas em diversas áreas.

1. Economia sem rumo

Pequenas variações na condução da economia, como as medidas macroprudenciais, poderiam dar ideia que Dilma Rousseff promoveu alguma mudança importante. Na verdade, o que se tem é a continuação da política de Lula.

Os juros dos títulos brasileiros, apesar de alguma redução, ainda são os mais altos do mundo. Em 2011, devem custar ao país mais de R\$240 bilhões, quase 6% do PIB.

A política cambial continua errática, agora com menos credibilidade. O acúmulo de reservas internacionais, que nos rendem juros baixíssimos é, em grande medida, mero efeito da entrada de capitais de curto prazo atraídos pelo diferencial de juros da nossa dívida pública. Os especuladores internacionais fazem a festa e o governo manda a conta para o contribuinte brasileiro.

A política fiscal segue a mesma receita, marcada pela incapacidade de ordenar os gastos de custeio e pela consequente necessidade de elevar as receitas para fechar as contas públicas, o que continua empurrando para cima a carga tributária.

De 2002 a 2010, a despesa do Tesouro Nacional subiu 2,2% do PIB. Em 2011, nos dez primeiros meses, as despesas da máquina pública (outros custeios e capital) subiram ainda mais: quase 10% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Persiste a prática de inscrever irregularmente despesas não executadas como restos a pagar, contrariando frontalmente o princípio da responsabilidade fiscal.

2. O investimento patina

A alquimista Dilma Rousseff ainda não achou a pedra filosofal do crescimento sem investimento. Com todo o alarido publicitário sobre "aceleração do crescimento", o investimento teima em não romper a casa dos 18% do PIB.

O Tesouro emitiu dívida pública e injetou no BNDES, desde 2008, recursos equivalentes a 7% do PIB. Os empréstimos do banco podem ter melhorado o perfil da dívida das empresas tomadoras e alavancado grandes operações de aquisição, no Brasil e no exterior. Mas não tiveram efeito visível sobre a taxa de investimento da economia. Na dúvida sobre preços e disponibilidade de energia, logística precária e o câmbio apreciado, os empresários se retraem.

Os estados e municípios, que investem efetivamente os recursos de que dispõem, não tiveram o mesmo tratamento do governo federal. Continuam sufocados pelos acordos de rolagem das suas dívidas, embora tenham conseguido reduzi-las em 2% do PIB nos últimos três anos.

Já o governo federal não conseguiu investir mais que R\$33 bilhões nos primeiros onze meses de 2011, com queda de R\$8 bilhões em relação ao ano anterior. As empresas estatais federais investiram apenas R\$62 bilhões, com queda de R\$8,5 bilhões.

Nada menos do que R\$16 bilhões dos recursos orçamentários investidos em 2011 foram restos a pagar do governo Lula. Dos projetos previstos no orçamento do PAC para 2011, o governo Dilma Rousseff só conseguiu executar R\$5,6 bilhões, ou menos de 14% do programado.

O PAC é um factóide na execução e uma peça de museu na concepção: uma reedição mal revista da velha forma de gastar do estado brasileiro, com ações desconexas e desarticuladas no tempo e no espaço, que não se traduzem em nova capacidade instalada em infraestrutura e logística.

3. Desindustrialização: a economia voltando ao passado

A economia primário-exportadora, que o Brasil deixou para trás há mais de meio século, está de volta sob os auspícios de Lula e Dilma Rousseff. Seus rompantes de desenvolvimentismo retórico não detêm a marcha da desindustrialização.

Entre 2002 e 2010, a média anual de crescimento da indústria de transformação brasileira foi de pífos 2,7%. A participação da indústria de transformação no PIB caiu mais de 10%. Os últimos dados divulgados aprofundam esta tendência.

A deterioração da balança comercial da indústria é alarmante. Um superávit de US\$19 bilhões em 2007 transformou-se em déficit de

US\$33 bilhões em 2010 e pode passar de US\$48 bilhões em 2011. Entre 2009 e 2010, o coeficiente de importados no consumo doméstico de produtos industriais subiu de 17% para 23%. O movimento mais perverso ocorre dentro das cadeias produtivas, com a substituição de insumos nacionais por importados.

O sucesso do Brasil como exportador de commodities é genuíno, porque baseado na competência dos produtores e em um quadro internacional favorável. Não é essa a causa da destruição da nossa indústria. Sem as exportações de commodities o país estaria muito pior.

Deixar a base industrial que levamos décadas para construir se desfazer em poucos anos é uma obra que ficará marcada pela vergonha na biografia da atual presidente e seu antecessor. A reconstrução do nosso parque industrial será longa e penosa.

4. Educação: fiascos em série

O Censo da Educação Superior sinaliza piora da qualidade do ensino das universidades federais: a proporção de concluintes por ingressantes quatro anos antes diminuiu de 62% em 2005 para 52% em 2010. O aumento da evasão e reprovação explica essa tendência.

Em 2009, o Ministério da Educação decidiu alterar o Exame Nacional do Ensino Médio – Enem e transformá-lo em prova de acesso ao ensino superior. Desde então, todos os anos há um problema diferente, sempre revelando incompetência na aplicação da prova. Neste ano, voltaram a vazar questões. A justiça concluiu que o vazamento pode ter sido maior que o admitido pelo ministério.

O governo FHC praticamente universalizou o ensino fundamental. No entanto as avaliações feitas mostram que nos governos seguintes a qualidade do ensino se manteve em níveis sofríveis. E o ensino de nível médio mantém-se imutável há muitos anos, sem

incorporar as necessidades determinadas pela evolução da economia, vale dizer, a profissionalização dos jovens.

Ninguém viu resultados do programa de escolas técnicas federais lançado durante a campanha eleitoral em 2010. O MEC sonega a informação, num sinal óbvio de que o resultado é ruim. Até outubro apenas 10% dos recursos do orçamento para desenvolvimento da educação profissional e tecnológica haviam sido investidos. Apenas 0,5% dos recursos do FAT vão para a qualificação de mão de obra; dez anos atrás, eram 5,5%.

Tampouco se viu qualquer iniciativa do MEC a favor da aplicação da lei que instituiu o piso salarial nacional do magistério. A falta de um critério legal de reajuste cria insegurança sobre o valor do piso em 2012. O ministério poderia mobilizar a base do governo no Congresso para solucionar o impasse, ouvindo as partes interessadas. Não se moveu. Nem parece lembrar do dispositivo da lei que prevê apoio financeiro do governo federal para os estados que não têm recursos para pagar o piso.

O responsável por esses fiascos foi premiado com a manutenção à frente do MEC no governo Dilma Rousseff, dentro da "cota" de seu antecessor. Sua resposta às críticas é pedir mais dinheiro público para queimar na fogueira de sua própria incompetência.

5. Saúde à míngua

O governo Lula deixou cair de 60% para 40% a participação federal no financiamento público da saúde. Dilma Rousseff não fez nenhum esforço para resolver esse problema, descumprindo promessas de campanha e ignorando as pesquisas que põem a saúde no alto das preocupações dos brasileiros.

A regulamentação da Emenda Constitucional nº29, tal como foi aprovada, não garante mais recursos para o setor. Os estados e municípios terão que continuar cuidando da saúde pública sem apoio condizente do governo federal. A única preocupação efetiva do

governo com o financiamento do setor são as emendas orçamentárias dos parlamentares da sua base.

A "Rede Cegonha", lançada com pompa no começo do ano, não saiu do papel. A "Rede de Urgência e Emergência" não tem uma história diferente. O governo federal não foi capaz sequer de copiar programas já em execução no país.

Para resolver as gravíssimas deficiências do atendimento de emergência, o programa "Salvador da Pátria" vai beneficiar não mais que 11 hospitais (sim, onze!) em todo o país. As "Unidades de Pronto Atendimento" – UPAs, estrelas da campanha de 2010, estão numa situação de total abandono. Dos R\$271 milhões do orçamento deste ano, menos de R\$21 milhões foram liberados. Para entregar 500 unidades em quatro anos seriam necessários R\$2,6 bilhões. E boa parte do custeio dessas unidades fica por conta dos municípios, mesmo daqueles que não têm condições financeiras de sustentá-las.

6. Segurança: fronteiras abertas e fracasso operacional

Nos primeiros dias de seu mandato, Dilma Rousseff reuniu governadores para anunciar uma união sem precedentes no combate à criminalidade. Mais um plano mirabolante que não saiu do papel. Já em 2007 fora lançado o Pronasci que tinha como meta baixar em 50% o índice de homicídios no país, de 26 por 100 mil, para 12 por 100 mil.

A taxa de homicídios não se moveu: na média do Brasil, são 26 por 100 mil habitantes. E apesar do crescimento dos homicídios no Norte e Nordeste, isso só foi possível por que os índices baixaram em São Paulo e Rio de Janeiro, e também em Minas Gerais e Pernambuco. A ONU considera 10 por 100 mil o máximo suportável. Cerca de 50 mil pessoas morrem assassinadas no país todo ano, mais do que as vítimas de guerras pelo mundo. Armas e drogas continuam entrando livremente no país, alimentando a

violência nos grandes centros urbanos e, agora também, em médias e pequenas cidades.

O atual governo lançou o Plano Estratégico de Fronteiras que previa ações de impacto, como o aumento do efetivo da Polícia Federal nas fronteiras, a criação de três dezenas de novos postos de policiamento de fronteira e a entrada em operação de 14 veículos aéreos não tripulados para melhorar a vigilância da região, além de outras ações. Nada aconteceu.

Somente em novembro o governo anunciou medidas para ampliar a oferta de vagas em presídios, no mesmo diapasão de programas lançados na gestão passada, sem nenhuma efetividade. Em 8 anos do governo Lula pouco mais de 800 vagas foram criadas em todo o país.

7. Defesa sucateada

Já conhecemos o nível de deterioração dos equipamentos das Forças Armadas. O país precisa de um mínimo de estrutura, não para cenários de guerra, mas para realizar o seu papel como partícipe de ações de paz, como fez no Haiti. Além disso, se vitoriosa a sua campanha pela participação no Conselho de Segurança da ONU, terá de assumir responsabilidades decorrentes dessa posição. Lula e Dilma acenaram para um futuro de importante reequipamento das forças armadas mas pouco concretizaram no setor.

8. Habitação: pouco sobra para os pobres

O objetivo principal do programa “Minha Casa, Minha Vida” era atender a camada mais pobre da população, onde o déficit habitacional é muito mais expressivo. Nas faixas superiores a 3 salários mínimos, principalmente em torno de 6 salários mínimos, o programa, animado pelos empreendedores privados, andou mais depressa. As mais prejudicadas são as famílias com renda mais

baixa, até três salários mínimos. Nessa faixa o programa que, na 1ª. fase, deveria estar terminado, não entregou nem metade das moradias e na 2ª. fase está iniciando com grande atraso. Para quem ganha até R\$1,6 mil, o fracasso foi retumbante: até agora, o governo federal só conseguiu construir 16% da meta prevista.

O ano foi de virtual paralisação nos negócios do “Minha Casa, Minha Vida”, um dos carros-chefes da campanha dilmista de 2010. Em fevereiro, com o ajuste fiscal, o programa perdeu R\$5,1 bilhões, suficientes para erguer mais de 100 mil moradias. A Caixa Econômica Federal passou praticamente todo o ano de 2011 sem assinar novos contratos para famílias carentes, só retomados em agosto.

Na realidade o governo minimizou as dificuldades que teria em obter terrenos nas grandes cidades ao custo compatível com o financiamento do programa. Com isso deixa-se de construir residências nas áreas mais urbanizadas, afastando o trabalhador do seu local de trabalho e criando graves problemas de infraestrutura de transportes, educação, saúde, segurança, etc. Fica patente a falta de planejamento governamental. Os programas, como muitos, são apenas peças de marketing, com objetivos mais eleitorais que sociais.

9. Saneamento em retrocesso

Investimentos insuficientes, expansão dos serviços lenta e medidas estruturantes não realizadas foram as marcas do primeiro ano do governo Dilma Rousseff no saneamento, em linha de continuidade com o antecessor.

De 2007 a 2011 o orçamento federal previu R\$20 bilhões para o setor (menos da metade da previsão para o trem bala), dos quais foram realizados 9,2 bilhões, ou 46%. As empresas estaduais são obrigadas a pagar aos cofres da União, de PIS e COFINS, mais do que a totalidade dos seus investimentos em saneamento básico.

O ritmo de expansão dos serviços de saneamento está em queda. No abastecimento de água, a expansão anual caiu de 1,1% na década anterior para 0,6% a ano. Na coleta de esgotos, caiu de 1,9% para 0,7%. Nesse ritmo, o Brasil atingirá a meta de universalização do atendimento em 2060.

10. Energia: desastre anunciado

A política energética (ou falta dela) de Lula e Dilma Rousseff prepara o que pode vir a ser um desastre econômico e ambiental de grandes proporções.

As agências reguladoras foram transformadas em poleiro para apadrinhados políticos. Sua ação – de fato, omissão – diante dos acidentes na exploração de petróleo e gás dá uma medida do seu despreparo técnico.

A descoberta do petróleo do pré-sal serviu de desculpa para desmontar um modelo regulatório bem sucedido, que fortaleceu a Petrobras, atraiu investimentos privados, aumentou a receita fiscal do setor e, entre outros resultados importantes, possibilitou a própria descoberta do pré-sal. As licitações de novas áreas de exploração continuam suspensas. A área sob concessão está caindo rapidamente: a projeção para 2012 é de 114 mil quilômetros quadrados, contra 341 mil quilômetros quadrados em 2009.

A incompetência na gestão do setor de energia elétrica persiste, comprometendo o encaminhamento de questões fundamentais como a contratação da “energia velha” (de hidroelétricas cujas concessões vencem em 2012-2013), renovação das concessões, impactos socioambientais e um novo ciclo de revisão tarifária para as distribuidoras.

A Agência Nacional de Petróleo assumiu a regulação do etanol sem dispor de diretrizes claras nem capacidade de intervenção. A Petrobras acaba de sinalizar que não haverá gás natural para suprir novas termelétricas. Sinais de descaso e incompetência na gestão

de duas fontes de importância crescente na matriz energética do país.

11. Rumo ao apagão logístico

O setor de transportes também segue sem rumo. Faltam prioridades claras. Obras começam e param por falta de dinheiro ou qualquer outra razão fortuita. A burocracia cruza os braços com medo de se envolver nas suspeitas de irregularidades que pipocam sobre os ministros e seus homens de confiança.

As rodovias federais continuam mal conservadas. Projetos de asfaltamento e duplicação ficam no papel. Um novo modelo de concessões, inaugurado com anos de atraso, limitou-se a poucas rodovias e revelou-se um fracasso: os investimentos dos concessionários privados são insuficientes e ocorrem lentamente.

A construção de ferrovias também avança lentamente: a Norte-Sul e a Transnordestina seguem a passo de tartaruga. A Leste-Oeste está apenas começando. Falta um plano nacional para o transporte ferroviário de cargas, o que agrava o congestionamento das rodovias e aumenta o custo dos produtos transportados.

Faltam recursos para ampliação da capacidade dos portos. Em alguns momentos, o escoamento da produção trava nesses gargalos.

Nos aeroportos, a movimentação de cargas continua deficiente e a de passageiros congestionada, chegando várias vezes a níveis críticos. As ampliações a cargo da Infraero não andam. A concessão de terminais à iniciativa privada foi decidida com imenso atraso e seu modelo ainda não está definido.

O governo não desiste do trem bala entre São Paulo e Rio de Janeiro, um projeto inviável, a não ser com altíssimo custo para a União, para transportar alguns poucos passageiros. Os mesmos R\$50 bilhões comprometidos no projeto permitiriam construir mais

de 100 km de metrô de alta capacidade de transporte de passageiros ou mais de 200 km em mon trilhos de média capacidade em várias capitais do país.

As obras de transposição do rio São Francisco foram abandonadas assim que se apagaram os holofotes da campanha eleitoral. Parte do trabalho executado começa a se perder. Estruturas de concreto e obras de terraplenagem perdidas, em trechos da obra, testemunham a verdade do apreço de Lula e sua sucessora pela região Nordeste.

12. Meio ambiente atropelado

Como presidente da República, Dilma Rousseff pôde dar vazão à ira que revelava como ministra contra as exigências de preservação ambiental, a quem atribuía o atraso de obras do PAC. Um pacote ambiental lançado neste ano impõe prazos de até 90 dias para a avaliação dos pedidos de licença e reduz as possibilidades, tanto de apuração dos órgãos licenciadores quanto de alegações dos empreendedores. Também reduz as exigências para o licenciamento da exploração de petróleo do pré-sal. O pacote foi embrulhado em sete portarias, evitando a discussão de mudanças tão drásticas com a sociedade e o Congresso Nacional.

13. Copa do Mundo: perigo de gol contra

Ninguém no governo federal sabe ao certo quanto a Copa de 2014 vai custar ao país. As estimativas variam de R\$23 bilhões a R\$112 bilhões. Estádios e intervenções urbanas em seis capitais já ficaram bilhões mais caros.

Doze estádios projetados estão orçados em R\$6,7 bilhões, mas o próprio governo admite que podem custar muito mais. O valor por estádio é 32% maior do que o pago pela África do Sul em 2010 e 46% maior do que o pago pela Alemanha em 2006.

Balanço oficial divulgado em setembro mostra que, de 81 obras voltadas para a Copa, 52 sequer começaram.

Segundo o Tribunal de Contas da União, apenas 8 dos 49 projetos de obras de mobilidade urbana tiveram contratos assinados; 24 sequer lançaram licitação. O TCU alerta que obras inacabadas podem se tornar uma herança indesejável da Copa para o contribuinte brasileiro. Mais uma herança maldita.